EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2025 – PROCESSO N° 02/2025

Município de Erval Seco-RS
Secretaria Municipal da Administração
Edital de Pregão nº 01/2025
Tipo de julgamento: menor preço
Processo nº 02/2025

EDERSON WINK, Prefeito Municipal de Erval Seco, TORNA PÚBLICO O EDITAL **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025** para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de recapagem de pneus dos veículos leves, caminhões, máquinas agrícolas e rodoviárias das Secretárias Municipais em geral, de acordo com descrições**,** conforme especificações em anexo, regido pela Lei federal nº 14.133/2021 Artigo 28, I, e exigências estabelecidas neste Edital e Anexos.

CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS E ENVIO DOCUMENTOS NO SITE:

Das 08h do dia 21/01/2025 até às 8h do dia 04/02/2025.
Local: http://bllcompras.com

INÍCIO DA FASE DE LANCES/DISPUTA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 04 de fevereiro de 2025 às 8:30min, horário de Brasília/DF.

A sessão pública será realizada no site http://bllcompras.com, no dia 04 de fevereiro de 2025 às 8:30min, e será conduzida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 66/2024, podendo ser assessorada por técnicos quando necessário.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objetivo, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal, **prestação de serviços de borracharia, de acordo com descrições que estarão elencadas no Termo de Referência.** Os itens a serem adquiridos têm suas especificações, unidades, quantidades estimadas no escopo da tabela anexa. Essa tabela foi elaborada com base nas especificações contidas no estudo técnico preliminar correspondente ao estudo desta contratação, conforme Anexos.

1.2 - As licitantes obterão apenas o direito e a exclusividade de fornecimento do referido item até o término da vigência contratual. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o material. Além disso, o Município não se responsabilizará por prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer alegação sobre expectativa da compra.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar do pregão eletrônico, as empresas que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos e, estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, no site http://bllcompras.com, e suporte pelo telefone (41) 3097-4600.
2.2 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.
2.3 - Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública em qualquer esfera de governo, com fulcro Lei Federal nº 14.133/2021
2.4 - A microempresa ou EPP deverá informar, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate conforme artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.
2.5 - A empresa de pequeno porte e/ou microempresa que pretende utilizar dos benefícios previstos na LC nº 123, e LC nº 147, deverá anexar no site e posteriormente, enviar junto com os documentos de habilitação, uma Declaração Firmada por Contador ou Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado, comprovando seu enquadramento jurídico.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema através do site http://bllcompras.com, especificamente para este edital.
3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
3.3 - O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao processo na forma eletrônica.
3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Erval Seco, promotor da licitação, responsabilidade por danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 - Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes deverão encaminhar exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até um minuto antes da abertura da sessão pública.

4.3 - Na aba para anexar arquivos, no site BLL, a opção "outros documentos" deverá ser utilizada para enviar documentos cujo nome específico não consta na lista conforme exigido no Edital, podendo ser inclusos a quantidade de arquivos que forem necessários

4.4 - A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

4.5 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.6 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.7 - As empresas de pequeno porte, microempresas e cooperativas, deverão, na tela de envio de proposta selecionar a opção "Declaro, sob as penas da Lei, de que cumpro com os requisitos legais para a qualificação como cooperativa, microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apto a usufruir do tratamento diferenciado e estabelecido nos termos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 ou da Lei 11.488 de 15 de junho de 2007".

4.8 - A responsabilidade pela declaração de enquadramento conforme previsto nos itens anteriores, é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

4.9 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.10 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão

4.11 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.12 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5 - DA FORMALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 - Na formalização das propostas as empresas deverão apresentar, obrigatoriamente:
a) Preço unitário e total para o item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
5.2 - Prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação na sessão deste pregão eletrônico - em caso de omissão do prazo de validade, será implicitamente considerado o prazo citado.
5.3 - Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.
5.4 - Nos preços cotados devem estar inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
5.5 - Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para atendimento ao objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.
5.6 - Serão desclassificadas as propostas de preços cujo valor for superior ao limite máximo de preço máximo admitido para o item, informado no termo de referência.

6 - ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, no site http://bllcompras.com
6.2 - Os licitantes poderão participar da sessão na internet, mediante chave de acesso e senha.
6.3 - O sistema dispõe de campo próprio para troca de mensagens entre pregoeiro e licitantes.
6.4 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
6.5 - A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.
6.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
6.7 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico
6.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM observados o horário de abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

6.9 - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
6.10 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá o que for registrado primeiro.
6.11 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
6.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
6.13 - No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
6.14 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
6.15 - Na hipótese de não haver novos lances, a sessão será encerrada automaticamente.
6.16 – Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstosnos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicaçãodo critério estabelecido na Lei nº 14.133/2021 Artigo 60, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
6.17 - Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
6.18 - Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
6.19 - Encerrada a etapa de lances, será realizada negociação, se necessário, do pregoeiro diretamente com proponente do lance de menor valor.
6.20 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
6.21 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Após encerramento da etapa de lances, o licitante detentor da menor oferta deverá anexar sua proposta final ajustada ao lance, na aba “Documentos Complementares” no site BLL, no prazo de até 03 (três) horas, responsabilizando-se pela entrega dos documentos de habilitação e proposta originais ou cópias autenticadas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, no Setor de Licitações e Contratos, Avenida do Comércio, n° 364, Centro, Erval Seco/RS, CEP 98390-000 ou pelo e-mail adm@ervalseco.rs.gov.br .

7.2 - A microempresa que possuir restrição em qualquer prova de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação em 05 (cinco) dias úteis.
7.3 - Este benefício não eximirá a microempresa ou empresa de pequeno porte, da apresentação de TODOS os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
7.4 - O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado e que sua concessão não interfira no procedimento licitatório. O pedido deverá ser feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo.
7.5 - A não regularização da documentação no prazo fixado, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
7.6 - Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por processo de cópia autenticada por cartório, ou por servidor da administração ou publicação na imprensa oficial, sendo dispensados somente aqueles emitidos através da internet.
Obs: Fica EXIGIDO que a empresa prestadora de serviços esteja localizada em uma distância de até 20 quilômetros da sede da Prefeitura Municipal, visto que uma pessoa jurídica ou física prestadora desse serviço localizada a maior que esta distância pode comprometer a eficiência dos serviços prestados e causar prejuízos ao erário público em razão do deslocamento dos veículos a lugar mais distantes.

8.1. - Habilitação Jurídica

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
b) Ato constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

8.2 - Regularidade Fiscal

a) Cadastro de CNPJ: Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual OU municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

c) Certidão Conjunta de débitos relativos à Tributos Federais: Prova de regularidade de débitos com a Fazenda Federal, negativa de débitos de tributos federais e dívida ativa da união;
d) Certidão de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual: Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da jurisdição fiscal do domicílio ou sede da empresa licitante;
e) Prova de regularidade de débitos com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do domicílio ou sede da empresa licitante;
f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, e Lei Federal nº 12440/2011.

8.3 - Qualificação Econômico-Financeira

- **a)** certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;
- **b)** balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais em consonância com a lei vigente e demonstrações de resultado do exercício.

9 – DECLARAÇÕES

Declaração Conjunta (Modelo Anexo IV) Atestando: Cumprimento das condições de habilitação; de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública; de cumprimento do disposto na Lei Federal 14.133/2021; que a empresa não possui em seu quadro societário, nenhum servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante.

10 - DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO CONTRATO

10.1 - Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após a realização do julgamento da habilitação dos licitantes, por parte do Pregoeiro.
10.2 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.
10.3 - As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.
10.4 - Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.5 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
10.6 - O deferimento do pedido do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento
10.7 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o processo e determinará a convocação para a assinatura do contrato.
10.8 - O contrato a ser assinado terá como base a minuta integrante deste edital.

11 – RECEBIMENTO

11.1. Verificada a desconformidade de algum dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 1 (um) dia útil, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
11.2. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com a descrição do serviço realizado e horas utilizadas.
11.3. O licitante deverá atentar ao fiel atendimento aos requisitos constantes no termo de referência, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, que atendam a todas as exigências e que forem entregues dentro dos prazos.
11.4. Verificada qualquer desconformidade, a licitante vencedora deverá promover as correções apontadas.

12 - DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado mediante a entrega e aceitação do objeto, em até 20 dias, após o recebimento.
12.2 - A nota fiscal deverá conter a identificação do processo: **Pregão Eletrônico nº 01/2025.**
12.3 - Não será efetuado qualquer pagamento ao fornecedor que tiver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DAS PENALIDADES

Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pública, garantida a prévia defesa, aplicará a fornecedora as sanções previstas no Contrato e na Lei nº 14.133/2021, arts. 155 e 156.

O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Contrato sujeita a licitante vencedora a multas, consoante o caput do art. 156 da Lei no 14.133/2021 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor Adjudicado, na forma seguinte:

Quanto às obrigações de entrega e solução de quaisquer problemas com serviços prestados:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

Se a adjudicatária recusar-se a assinar o Contrato injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

a) Multa de até 25% sobre o valor adjudicado;
b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Erval Seco/RS, por prazo de até 5 (cinco) anos;
c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

A licitante ou adjudicatária que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar- se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a adjudicatária não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser- lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

Se a adjudicatária não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Prefeitura Municipal de Erval Seco/RS.

Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 15 dias, a contar da citação da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
14.2 Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou IMPUGNAR O EDITAL DO PREGÃO.
12.1 Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e/ou membros da Equipe de Apoio, **exclusivamente** pelo e-mail adm@ervalseco.rs.gov.br ou pelo site do BLL.

14.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor
14.5 - O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
14.6 - O Município de Erval Seco se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.
14.7 - Integram este Pregão Eletrônico:
a) ANEXO I – Termo de Referência
b) ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar
c) ANEXO III – Minuta do Contrato
d) ANEXO IV – Modelo de Declaração
14.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Seberi - RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Erval Seco-RS, 20 de janeiro de 2025.

EDERSON WINK
Prefeito Municipal

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – E.T.P.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

O Município de Erval Seco/RS realiza a prestação de serviços de recapagem de pneus para manutenção de veículos leves, caminhões, máquinas agrícolas e rodoviárias, das Secretarias Municipais, em geral, que estão presentes nesse Estudo. Além disso, tendo em vista que a frota Municipal é necessária para o bom funcionamento dos trabalhos essenciais e que é de interesse público que estes continuem sendo executados de maneira eficiente e ininterrupta, faz-se necessária a contratação desses serviços.

A recapagem de pneus é uma prática comum na manutenção dos veículos, visando estender a vida útil dos pneus de maneira econômica e sustentável. Esse processo envolve a aplicação de uma nova camada de borracha na banda de rodagem do pneu desgastado, mantendo a estrutura interna intacta e funcional.

Para os motoristas, a recapagem oferece uma alternativa mais acessível em comparação à compra de pneus novos, ajudando a reduzir os custos operacionais. Além disso, contribui para a redução de resíduos, promovendo práticas mais ambientalmente sustentáveis na indústria de transporte. Auxiliando, assim, o desenvolvimento nacional sustentável, um dos princípios basilares da Lei Federal n ° 14.133/21.

É essencial escolher fornecedores confiáveis e utilizar materiais de alta qualidade durante o processo de recapagem para garantir a segurança e o desempenho dos pneus recapados.

Além do mais, não vislumbramos no procedimento, qualquer caráter restritivo ou limitação à participação de interessados, ferindo em momento algum o princípio da competitividade, derivado do artigo 6° caput da Lei Federal n°14133/2021.

No que diz respeito à quantidade/valor estimado para esse processo foi determinada com base no número existente de equipamentos/veículos que a administração Municipal possui em seu patrimônio e a demanda de recapeamento nos últimos meses. Posto isso, conclui-se que as quantidades estimadas são para atender e agilizar as necessidades da Administração e manter os equipamentos/veículos em pleno funcionamento, seja da parte mecânica, seja da parte elétrica.

Por final, é crucial que a empresa prestadora de serviços esteja localizada em uma distância que possa cumprir com os prazos estabelecidos para entrega desses serviços. Portanto, ficando sobre seu encargo para que não ocorra eventuais atrasos. Portanto, caso ocorra atraso na prestação desses serviços, poderá ser advertida, multada, suspensa ou considerada inidônea para participar de outras licitações.

Inicialmente, estima-se que entre 10 a 20 dias é um prazo razoável para entrega dos pneus recapados, considerando-se os estoques atuais do poder público e a possibilidade de pneus substitutos daqueles que estarão no recapeamento. Sendo que prazos muito maiores poderão comprometer os serviços públicos e eventual necessidade de aquisição de pneus novos

para substituir aqueles em manutenção afetará os objetivos da presente licitação, visto que estima-se economia ao erário público e menor descarte de materiais poluentes/lesivos para a natureza, fauna e flora.

Optou-se pela Licitação na modalidade pregão eletrônico em virtude da competitividade e de obter um melhor preço.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar possui fulcro na Lei Orçamentária Anual, que prevê despesas com a aquisição de prestação de serviços.

2.2. A presente contratação consta no Plano Anual de Contratações.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. Habilitação

3.1.1. Quanto à habilitação, as empresas deverão demonstrar através de documentação pertinente que possui atestado de capacidade técnica, emitido por entidade pública ou privada, comprovando que a empresa possui condições mínimas para o fornecimento de mão de obra, em consonância com a legislação vigente.

3.1.2. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

II - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.1.3. A habilitação econômico-financeira será exigida para demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será demonstrada exclusivamente através da apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

3.2. Das demais condições de habilitação

3.2.1 As demais condições de habilitação seguirão as regras do capítulo VI da Lei 14133/2021 e as condições existentes em outros editais de pregão da Administração Pública Municipal realizados no ano de 2024.

4. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

Para o dimensionamento do quantitativo a ser adquirido, o setor de Compras e Licitações considerou o quantitativo adquirido nas últimas licitações desses serviços, bem como o histórico de consumo nos últimos 12 meses, para assim concluir uma estimativa a ser contratada para o próximo período.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

5.1. A opção disponível para atendimento da demanda é de realizar aquisição de prestação de serviços (mão de obra) dos veículos do Município, destinado atender as necessidades da Administração Pública Municipal. Para que a Administração Pública Municipal consiga atender toda a demanda, há necessidade de aquisição de uma ampla gama desses itens, considerando os preços praticados no mercado e nossa disponibilidade orçamentária, enquadrando-se nos seguintes cenários:

5.2. Contratar todas essas prestações de serviços necessárias para atendimento da demanda conforme as necessidades da Administração Pública Municipal, via licitação o que causaria um impacto relativamente menor no orçamento de modo que possam viabilizar o funcionamento de todos os Departamentos e Secretarias existentes no Município.

5.3. Todos os itens são serviços comuns, encontrados usualmente no mercado e a forma de escolha do fornecedor deverá ser por Pregão Eletrônico.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

A Estimativa do valor da contratação o e de, conforme descritivo de itens, quantidade e valores do item 4 do presente ETP.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

7.1. A solução mais viável para a contratação seria a aquisição dos itens por meio de fornecedores habilitados mediante Processo Licitatório por Pregão Eletrônico, por meio de ata de registro de preços, por se tratarem de itens comuns.

7.2. A solução que mais atende seria a de levantamento dos itens com valor de mercado e a realização de um processo Licitatório de aquisição para atender as demandas da Administração Pública Municipal.
7.3. Com isso, o processo licitatório por intermédio do Pregão Eletrônico, sistema que se faz mais vantajoso em virtude de viabilizar as contratações conforme as necessidades.
7.4. Após realizada a Licitação os contratados deverão efetivar o fornecimento dos materiais conforme o prazo de entrega a ser definido no termo de referência, e emissão de nota de empenho, seguindo criteriosamente as descrições determinadas em tal termo, além das unidades de medida de acordo com a listagem dos itens.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

A realização do Pregão Eletrônico será por item podendo e devendo ser parcelado, visto que inicialmente não vislumbra-se informações técnicas e operacionais que justifiquem a contratação desses serviços por lote.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

Receber o objeto do presente Estudo Técnico preliminar com a melhor qualidade possível, na quantidade correta e dentro do prazo desejado, para atender as secretarias solicitantes e garantir a qualidade na execução das tarefas do serviço público municipal, a partir da continuidade dos veículos da frota municipal.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

Todas as providências necessárias foram adotadas, com antecedência, além de que com os itens a serem contratados para a realização da mão de obra específica dos pneus, garantindo a segurança dos serviços prestados.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

Em análise da contratação desejada, constatou-se que não haverá contratações correlatas ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

A Administração pública municipal apoia e coopera com todas as iniciativas para sustentabilidade. Considerando que essas prestações de serviços para recapagem possui potencialidade de risco ambiental devem as empresas prestadoras tomar as medidas necessárias e suficientes para o descarte apropriado dos materiais utilizados nos serviços.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

Diante do exposto, conclui-se, sobre a viabilidade de realização de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, no regime de contratação por item, em ata de registro de preço, visando a prestação de serviços de mecânica pesada, serviços de torno e correção elétrica de veículos e máquinas da frota Municipal, por um período de 12 meses nos termos do presente Estudo Técnico Preliminar.

Erval Seco, RS, 14 de Janeiro de 2025.

LEONIR KOCHE
Secretário de Obras

TR - TERMO DE REFERÊNCIA

1. ORIGEM DA DEMANDA

1.1 Unidade requisitante

Unidade Requisitante: Secretarias Municipais.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO

Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagem de pneus dos veículos leves, caminhões, máquinas agrícolas e rodoviárias, das Secretarias Municipais, em geral, que estão presentes nesse Estudo. Além disso, tendo em vista que a frota Municipal é necessária para o bom funcionamento dos trabalhos essenciais e que é de interesse público que estes continuem sendo executados de maneira eficiente e ininterrupta, faz-se necessária a contratação desses serviços.

2.1. Definição do Objeto e seus quantitativos

Conforme definição específica abaixo, de itens e serviços que serão adquiridos de forma separada, item por item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	RECAPAGEM DE PNEU 900/20 COMUM LISO A FRIO	UND	60	R$ 863,33	R$ 51.800,00
2	RECAPAGEM PNEU 750X16 COMUM BORRACHUDO	UND	18	R$ 586,66	R$ 10.560,00
3	RECAPAGEM PNEU 900X20 BORRACHUDO	UND	40	R$ 896,66	R$ 35.866,67
4	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL BORRACHUDO A FRIO	UND	50	R$ 646,66	R$ 32.333,34
5	RECAPAGEM DE PNEU 215X75 R 17,5 RADIAL LISO A FRIO	UND	20	R$ 620,00	R$ 12.400,00
6	RECAPAGEM DE PNEU 275X80X22,5 BORRACHUDO A FRIO	UND	40	R$ 1.033,33	R$ 41.333,33
7	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL BORRACHUDO 235/75 17.5 A FRIO	UND	24	R$ 706,66	R$ 16.960,00

8	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL LISO 235/75 17.5 A FRIO	UND	24	R$ 670,00	R$ 16.080,00
9	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 COMUM LISO A FRIO	UND	36	R$ 956,66	R$ 34.440,00
10	RECAPAGEM DE PNEU 1000/20 BORRACHUDO A FRIO	UND	36	R$ 986,66	R$ 35.520,00
11	RECAPAGEM DE PNEU 1400X24 MOD. BORRACLA G-2 A QUENTE	UND	48	R$ 2.763,33	R$ 132.640,00
12	PNEU NOVO 23X1X26 TM 85 R3 12 LONAS ROLO COMPACTADOR LIUGONG 612H	UND	4	R$ 6.096,66	R$ 24.386,67
13	RECAPAGEM DE PNEU 17.5.25 GARRA LARGA 16 LONAS	UND	24	R$ 3.883,33	R$ 93.200,00
14	RECAPAGEM DE PNEU 12.5X80X18 F1 RETRO JCB	UND	12	R$ 1.723,33	R$ 20.680,00
15	RECAPAGEM DE PNEUS 19.5L – 24	UND	6	R$ 3.826,66	R$ 22.960,00
16	RECAPAGEM DE PNEU 12X16,5 RETRO A QUENTE	UND	12	R$ 1.493,33	R$ 17.920,00
17	RECAPAGEM DE PNEU 16.9 X 30	UND	2	R$ 3.553,33	R$ 7.106,67
18	RECAPAGEM DE PNEUS 11.2X24 A QUENTE	UND	4	R$ 1.903,33	R$ 7.613,33
19	RECAPAGEM DE PNEU 18.4X30 A QUENTE	UND	2	R$ 3.563,33	R$ 7.126,67
20	RECAPAGEM DE PNEU 12.4 X 24 A QUENTE	UND	4	R$ 1.860,00	R$ 7.440,00
21	RECAPAGEM DE PNEU CARRETÃO AGRICOLA 750X16 LISO A QUENTE	UND	6	R$ 621,66	R$ 3.730,00
22	RECAPAGEM DE PNEU 17.5X25 L2 12 LONAS RETRO 4CX	UND	8	R$ 3.883,33	R$ 31.066,67
23	RECAPAGEM DE PNEUS 5.6X15 A QUENTE	UND	8	R$ 550,00	R$ 4.400,00
24	RECAPAGEM DE PNEU 14.9/28 (TRATOR 7630)	UND	4	R$ 2.166,66	R$ 8.666,67
25	RECAPAGEM DE PNEU 23.1/30 (TRATOR 7630)	UND	4	R$ 6.286,66	R$ 25.146,67

2.1 Para julgamento serão considerados os valores unitários.

2.2 A quantidade informada é a prevista para 12 meses, período de vigência do registro de preços.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA

A recapagem de pneus é uma prática comum na manutenção dos veículos, visando estender a vida útil dos pneus de maneira econômica e sustentável. Esse processo envolve a aplicação de uma nova camada de borracha na banda de rodagem do pneu desgastado, mantendo a estrutura interna intacta e funcional.

Para os motoristas, a recapagem oferece uma alternativa mais acessível em comparação à compra de pneus novos, ajudando a reduzir os custos operacionais. Além disso, contribui para a redução de resíduos, promovendo práticas mais ambientalmente sustentáveis na indústria de transporte. Auxiliando, assim, o desenvolvimento nacional sustentável, um dos princípios basilares da Lei Federal n ° 14.133/21.

É essencial escolher fornecedores confiáveis e utilizar materiais de alta qualidade durante o processo de recapagem para garantir a segurança e o desempenho dos pneus recapados.

Além do mais, não vislumbramos no procedimento, qualquer caráter restritivo ou limitação à participação de interessados, ferindo em momento algum o princípio da competitividade, derivado do artigo 6° caput da Lei Federal n°14133/2021.

No que diz respeito à quantidade/valor estimado para esse processo foi determinada com base no número existente de equipamentos/veículos que a administração Municipal possui em seu patrimônio e a demanda de recapeamento nos últimos meses. Posto isso, conclui-se que as quantidades estimadas são para atender e agilizar as necessidades da Administração e manter os equipamentos/veículos em pleno funcionamento, seja da parte mecânica, seja da parte elétrica.

Por final, é crucial que a empresa prestadora de serviços esteja localizada em uma distância que possa cumprir com os prazos estabelecidos para entrega desses serviços. Portanto, ficando sobre seu encargo para que não ocorra eventuais atrasos. Portanto, caso ocorra atraso na prestação desses serviços, poderá ser advertida, multada, suspensa ou considerada inidônea para participar de outras licitações.

Inicialmente, estima-se que entre 10 a 20 dias é um prazo razoável para entrega dos pneus recapados, considerando-se os estoques atuais do poder público e a possibilidade de pneus substitutos daqueles que estarão no recapeamento. Sendo que prazos muito maiores poderão comprometer os serviços públicos e eventual necessidade de aquisição de pneus novos para substituir aqueles em manutenção afetará os objetivos da presente licitação, visto que estima-se economia ao erário público e menor descarte de materiais poluentes/lesivos para a natureza, fauna e flora.

Por fim, ressalta-se que optamos pela Licitação na modalidade pregão eletrônico em virtude da competitividade e de obter um melhor preço. Usando-se de ata de registro de preços para eventual contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Após realizada a cotação de preços, com análise prévia de mercado, poderá o Município contratar a empresa da melhor proposta, desde que possua condições de habilitação para assinatura do contrato.

4.1- Para a contratação, é necessário que se passe pela fase de habilitação, que exigirá os seguintes documentos:
4.1.1. Quanto à habilitação, as empresas deverão demonstrar através de documentação pertinente que possui atestado de capacidade técnica, emitido por entidade pública ou privada, comprovando que a empresa possui condições mínimas para o fornecimento de mão de obra, em consonância com a legislação vigente.
4.1.2. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:
I - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
II - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
4.1.3. A habilitação econômico-financeira será exigida para demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será demonstrada exclusivamente através da apresentação da seguinte documentação:
I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
4.1.4. As demais condições de habilitação seguirão as regras do capítulo VI da Lei 14133/2021 e as condições existentes em outros editais de pregão da Administração Pública Municipal realizados no ano de 2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O contrato a ser celebrado entre o Ente Público e a pessoa prestadora deverá atender o objetivo da contratação de forma eficiente, incluindo prazos de garantia de manutenção. Devendo, dessa forma, a empresa contratada seguir estritamente sua proposta, bem como fornecer demais informações necessárias ao órgão quando solicitado.

Em caso de irregularidades na prestação de serviços, deverá o fiscal cientificar a Administração Pública por escrito. Ficando sobre sua responsabilidade qualquer omissão na fiscalização.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato será acompanhado, controlado, fiscalizado e gerenciado pelo setor de compras e Secretaria Municipal de Obras, haja vista que em caso a empresa não venha realizar um bom trabalho o contrato será rescindido, assim como se atrasar a entrega do projeto.

Assim como será controlado os prazos de pagamento e entregas dos serviços, consoante demonstrado previamente nestes documentos.

Não começará a correr nenhum prazo para pagamento enquanto não entregues os serviços em sua integralidade.

Durante a vigência contratual e execução dos serviços, visando o cumprimento do objeto contratado, ficam as partes obrigadas às seguintes condições:

6.1. Obrigações da Contratante

Repassar ao para a empresa vencedora o valor dado em sua proposta, nos dias de pagamento estabelecidos no contrato, sob pena de multa diária estabelecida no instrumento convocatório.

Levar até a localidade os pneus necessários para o conserto.

Realizar a fiscalização de recebimento provisório e definitivo dos serviços recebidos.

6.2. Obrigações da Contratada

6.2.1**.** A Contratada deverá entregar o produto dentro do prazo fixado, em conformidade com: as especificações exigidas e constantes neste Termo e a proposta de preços apresentada pela empresa;

6.2.2. Entregar fielmente o objeto contratado no prazo estipulado;

6.2.3 Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vierem a ocorrer na execução do serviço e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

6.2.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a avença firmada sem prévia e expressa anuência da Contratante;

6.2.5. Manter durante toda a execução do objeto as condições inicialmente pactuadas.

7. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

O valor dos serviços prestados será pago em até 30 dias após a conclusão dos serviços e recebimento definitivo, sendo necessária a apresentação da nota fiscal descrevendo minuciosamente as horas prestadas e o valor total, de acordo com os valores adjudicados na licitação.

Os valores apresentados pela CONTRATADA é de sua inteira responsabilidade e deverá prever todos os custos envolvidos, pois, omissões, por parte da CONTRATADA, jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços após a sua contratação, não sendo aceitas alterações da planilha de custos após a contratação. Nos preços propostos já deverão estar computados todas as taxas, impostos, despesas, obrigações fiscais e demais despesas que direta ou indiretamente tenham relação com o objeto, além de tomar todas as providências necessárias à obtenção de licenças, aprovações, franquias e alvarás necessários à execução dos serviços, serão encargo da CONTRATADA, inclusive o pagamento de emolumentos referentes aos serviços, à

segurança pública, seguro de pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas, impostos que digam respeito aos serviços contratados.

Todos os custos dos serviços, equipamentos e materiais serão considerados inclusos na proposta de preços ofertada, não podendo a CONTRATADA alegar desconhecimento ou negligências por desconhecimento do presente item.

8. DA CONDIÇÕES DE ENTREGA, GERAIS E GARANTIA

Garantia de desempenhar serviços técnicos de qualidade atendendo as exigências estabelecidas no item neste estudo, que trata da demanda suas características, motivos e resultados pretendidos.

Deverá existir atendimento gratuito para resolução de problemas e atendimento de chamado para erros de inconsistências verificadas ao longo da execução e prazo de vigência do Contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

De antemão, incumbe salientar que toda e qualquer contratação a ser procedida pela Administração Pública, em regra, necessita de um procedimento formalizado prévio, através do qual sejam demonstrados os requisitos ensejadores da dispensa na modalidade mencionada no inciso relatado no ETP e neste Termo de Referência.

No caso em tela, um processo licitatório só se mostra vantajoso quando existe no mercado uma pluralidade de fornecedores do ramo do objeto e tempo suficiente para o lançamento de uma licitação, na medida em que somente em face dessa pluralidade é que se viabiliza a competição do certame.

Assim, sendo vinculativo ao gestor, em razão de valor, a necessidade da realização da licitação, não vislumbrando-se a hipótese de contratação direta.

10.ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, COM PESQUISA PRÉVIA DE COMPATIBILIDADE DE VALORES DE MERCADO

O setor de compras da municipalidade fez a pesquisa de preços nas empresas locais e regionais, concluindo pelos valores estimados em cada um dos itens do objeto, já evidenciados anteriormente. Sendo assim, por se utilizar de serviços específicos, elaborou-se a pesquisa de acordo com o artigo 4°, inciso IV, do Decreto do Executivo Municipal n° 007/2024.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O valor, entregue em nota, por serviços prestados, será pago em até 30 dias após a conclusão de todas as obrigações especificadas no serviço, inclusive excluído o tempo de recebimento definitivo dos serviços.

Os valores apresentados pela CONTRATADA é de sua inteira responsabilidade e deverá prever todos os custos envolvidos, pois, omissões, por parte da CONTRATADA, jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços após a sua contratação, não sendo aceitas alterações da planilha de custos após a contratação. Nos preços propostos já deverão estar

computados todas as taxas, impostos, despesas, obrigações fiscais e demais despesas que direta ou indiretamente tenham relação com o objeto, além de tomar todas as providências necessárias à obtenção de licenças, aprovações, franquias e alvarás necessários à execução dos serviços, serão encargo da CONTRATADA, inclusive o pagamento de emolumentos referentes aos serviços, à segurança pública, seguro de pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas, impostos que digam respeito aos serviços contratados.

Todos os custos dos serviços, equipamentos e materiais serão considerados inclusos na proposta de preços ofertada, não podendo a CONTRATADA alegar desconhecimento ou negligências por desconhecimento do presente item.

11.1 Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar;
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou outros órgãos pertinentes para:

- Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Por se tratar de Registro de Preços, para o lançamento da licitação não é necessário a dotação orçamentária, inicialmente, para ser lançamento, No entanto, quando for realizada a contratação, deverá ser auferido pela contabilidade os valores disponíveis em cada rúbrica, ao lançar no sistema betha cloud, de acordo com as previsões orçamentárias.

13. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Secretário de Obras: Leonir Koche

Erval Seco, 14 de Janeiro de 2025.

LEONIR KOCHE
Secretário de Obras

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO Nº ___/2025 PROCESSO Nº ___/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/202__.

Contrato que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE ERVAL SECO**, Estado do Rio Grande do Sul, com endereço da Prefeitura na Avenida do Comercio, 364, Erval seco/RS, inscrito no CNPJ sob nº 87.613.212/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr Sr. **EDERSON WINK,** brasileiro, divorciado, inscrito no CPF/MF sob nº. 005.412.210-43 e portador da Cédula de Identidade sob nº 4070364734 expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Estrada Linha Caçador 02, nesta cidade de Erval Seco RS, doravante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa **____,** estabelecida na ____, bairro____, n° ____, Cep nº ____ no Município de _____, sob o **CNPJ nº _____** doravante denominada CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 14.133/2021, e nas condições expressas nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagem de pneus dos veículos leves, caminhões, máquinas agrícolas e rodoviárias, das Secretarias Municipais, consoante os itens da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	QTDE	UND	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		Und.	R$	R$
		Und.	R$	R$
			VALOR TOTAL:	R$

OBS: A solicitação dos serviços dar-se-á conforme a necessidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. A Contratada receberá o valor total de até R$ (_____), sem reajuste ao qual se constitui no valor total adjudicado, no universo das somas dos itens licitado reservado ao Município à solicitação dos serviços conforme a necessidade.

2.2. Os pagamentos serão realizados por depósito/DOC em conta bancária em até 30 dias após a conclusão dos serviços e recebimento definitivo, sendo necessária a apresentação da nota fiscal descrevendo minuciosamente as horas prestadas e o valor total, de acordo com os valores adjudicados na licitação.

2.3. A empresa deverá informar na nota fiscal o número da conta, agência e o Banco.

2.4. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato é até ____, podendo ser prorrogado se houver quantidade remanescente, mediante termo Aditivo acordado entre as partes de conformidade com o estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

3.2. A entrega deverá ser feita conforme a necessidade no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação, conforme a solicitação e necessidade do setor competente da Prefeitura Municipal de Erval Seco/RS.

3.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do equipamento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

3.4. No período de vigência do contrato vigerá também a garantia dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

5.1. Entregar os serviços conforme especificações e em consonância com a proposta de preços;

5.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE, inclusive a substituição dos serviços, se este for entregue em desacordo com o solicitado;

5.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

5.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado;

5.6. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento dos serviços.

5.7. O preço ajustado na Cláusula Segunda inclui todos e quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conformidade com o estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

5.8 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da má execução do fornecimento de serviços ora contratado, inclusive quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruição.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 O não cumprimento do presente contrato pela contratada implicará nas sanções previstas na Lei Federal n° 14.133/2021 e em consonância com o Edital de Concorrência n° 03/2024 e seus anexos.

6.2 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas noitem 6.2. deste contrato as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 6.3. do contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

6.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras

sanções, conforme previsto no item 6.3 do presente contrato.

6.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.7. A aplicação das sanções previstas no item 6.3. deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.8. Na aplicação da sanção prevista no item 6.3, alínea "b", do presente ato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contadoda data de sua intimação.

6.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 6.3 do presente contrato o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

6.11.Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

6.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizadacom abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a. reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b. pagamento da multa;
c. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no casode impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo

A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 6.3. do contrato como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

6.14. Aplicar-se-á os dispositivos da Lei 14133/2021 para as hipóteses dos crimes de licitações e contratos administrativos

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral da Administração no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato.

7.1.2. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

7.1.3. Demais hipóteses previstas no artigo 138, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO

8.1. O presente contrato acha-se estritamente vinculado ao Edital de Licitação e seus anexos, constantes do preâmbulo deste e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Situações não previstas expressamente neste instrumento, e acaso incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei 14.133/2021, e alterações subsequentes.

9.2. O Município se reserva no direito de adquirir somente parte da quantidade contratada, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da cidade de Seberi/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente Contrato.

10.2. E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza os jurídicos e desejados efeitos.

Erval Seco/RS, ____ de _____ de 2025.

EDERSON WINK
Prefeito Municipal

_____
Empresa contratada

De acordo e data supra

Assessoria Jurídica

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃOPREGÃO ELETRÔNICO Nº /2025

_____ _____ _____, inscrito (a) no CNPJ n° _____ _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____ _____, portador do CPF nº _____

DECLARA:

1) Para fins do disposto n Lei Federal 14.133/2021, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação eespecificação do edital do Pregão Eletrônico Nº /2025, sob pena de ser declarado inidôneo.
2) A inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.
3) Para fins do disposto na Lei Federal 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalhonoturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partirde quatorze anos
4) Que a empresa não possui em seu quadro societário, nenhum servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante.
5) Declaração de que não está declarado como inidôneo por nenhuma pessoa jurídica de direito público, interno ou externo, sociedades de economia mista, autarquias, fundações ou empresas públicas.
6) Declaro que aceito e tenho condições de executar integralmente todas as exigências do presente edital;

_____, _____de_____ _____de 2025.

_____

Empresa

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL ERVAL SECO
Av. do Comércio, 364 - Centro - Erval Seco - RS
nullCNPJ: 87.613.212/0001-22null
E-mail: pmervalseco@mksnet.com.br Site:

Solicitação de Orçamento

Solicitante: Wilian Cesar Donato Correa **Data da Solicitação:** 11/01/2023
Organograma: 0300100010 - DEPTO DE FROTAS ADMINISTRAÇÃO
Local de Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL SECO
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEU PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.
Justificativa:
Observações:
Desdobramento:
Fundamento Legal:
Justificativa Valores:
Prazo Execução:
Modalidade:

94 747 888/0001-74
J. D. M. BECCON & CIA. LTDA.- EPP
Rua Bom Fim, 323 - Aliança
98900-000 - Santa Rosa - RS

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1		40,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 900/20 COMUM LISO A FRIO - Referência interna do Item: 2	790,-	31.600,-
2		12,00	UN	RECAPAGEM PNEU 750X16 COMUM BORRACHUDO	560,-	6.720,-
3		30,00	UN	RECAPAGEM PNEU 900X20 BORRACHUDO	820,-	24.600,-
4		50,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL BORRACHUDO A FRIO	640,-	32.000,-
5		20,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 215X75 R17,5 RADIAL LISO A FRIO	620,-	12.400,-
6		24,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 275X80X22,5 BORRACHUDO A FRIO	1.080,-	26.160,-
7		15,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL BORRACHUDO 235/75 17.5 A FRIO	790,-	11.850,-
8		12,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL LISO 235/75 17.5 A FRIO	750,-	9.000,-
9		18,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 COMUM LISO A FRIO	960,-	17.280,-
10		30,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1000/20 BORRACHUDO A FRIO - Referência interna do Item: 6	990,-	29.700,-
11		40,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1400X24 MOD. BORRACLA G-2 A QUENTE - Referência interna do Item: 7	2.890,-	141.360,-
12		4,00	UN	PNEU NOVO 23x1x26 TM 85 R3 12 LONAS ROLO COMPACTADOR LIUGONG 612H - Referência interna do Item: 31	5.490,-	21.960,-
13		14,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 17.5.25 GARRA LARGA 16 LONAS	4.150,-	58.100,-
14		6,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 12.5X80X18 F1 RETRO JCB - Referência interna do Item: 9	1.620,-	9.720,-
15		6,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 19.5L - 24	4.180,-	25.080,-
16		6,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 12X16,5 RETRO A QUENTE - Referência interna do Item: 16	1.280,-	7.680,-
17		2,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 16.9 X 30	3.160,-	6.320,-
18		4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 11.2X24 A QUENTE	1.960,-	7.840,-
19		2,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 18.4 X 30 A QUENTE - Referência interna do Item: 14	3.390,-	6.780,-
20		4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 12.4 X 24 A QUENTE - Referência interna do Item: 16	1.980,-	7.920,-
21		6,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU CARRETAO AGRICOLA 750X16 LISO A QUENTE - Referência interna do Item: 15	595,-	3.570,-
22		8,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 17.5 X 25 L2 12 LONAS RETRO 4CX - Referência interna do Item: 17	4.160,-	33.200,-
23		8,00	UN	RECAPAGEM DE DE PNEU 5.6X15 A QUENTE	2.200,-	8.800,-
24		4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 14.9/28 (TRATOR 7630)	5.660,-	22.640,-
25		4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 23.1/30 (TRATOR 7630)		

Preço Total: 683.550,00

94 747 888/0001-74
J. D. M. BECCON & CIA. LTDA.- EPP
Rua Bom Fim, 323 - Aliança
98900-000 - Santa Rosa - RS

J. D. M. BECCON & CIA. LTDA.- EPP
Marcelo Eugênio Scalco
Sócio-Gerente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL ERVAL SECO
Av. do Comércio, 364 - Centro - Erval Seco - RS
nullCNPJ: 87.613.212/0001-22null
E-mail: pmervalseco@mksnet.com.br Site:

Solicitação de Orçamento

Solicitante: Wilian Cesar Donato Correa **Data da Solicitação:** 11/01/2023
Organograma: 0300100010 - DEPTO DE FROTAS ADMINISTRAÇÃO
Local de Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL SECO
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEU PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.
Justificativa:
Observações:
Desdobramento:
Fundamento Legal:
Justificativa Valores:
Prazo Execução:
Modalidade:

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1		40,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 900/20 COMUM LISO A FRIO - Referência interna do Item: 2	900,00	36.000,00
2		12,00	UN	RECAPAGEM PNEU 750X16 COMUM BORRACHUDO	600,00	7.200,00
3		30,00	UN	RECAPAGEM PNEU 900X20 BORRACHUDO	920,00	27.600,00
4		50,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL BORRACHUDO A FRIO	650,00	32.500,00
5		20,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 215X75 R17,5 RADIAL LISO A FRIO	620,00	12.400,00
6		24,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 275X80X22,5 BORRACHUDO A FRIO	990,00	23.760,00
7		15,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL BORRACHUDO 235/75 17.5 A FRIO	650,00	9.750,00
8		12,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL LISO 235/75 17.5 A FRIO	620,00	7.440,00
9		18,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 COMUM LISO A FRIO	950,00	17.100,00
10		30,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1000/20 BORRACHUDO A FRIO - Referência interna do Item: 6	970,00	29.100,00
11		40,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1400X24 MOD. BORRACLA G-2 A QUENTE - Referência interna do Item: 7	2.600,00	104.000,00
12		4,00	UN	PNEU NOVO 23x1x26 TM 85 R3 12 LONAS ROLO COMPACTADOR LIUGONG 612H - Referência interna do Item: 31	5.800,00	23.200,00
13		14,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 17.5.25 GARRA LARGA 16 LONAS	3.700,00	51.800,00
14		6,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 12.5X80X18 F1 RETRO JCB - Referência interna do Item: 9	1.700,00	10.200,00
15		6,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 19.5L - 24	3.700,00	22.200,00
16		6,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 12X16,5 RETRO A QUENTE - Referência interna do Item: 16	1.600,00	9.600,00
17		2,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 16.9 X 30	3.700,00	7.400,00
18		4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 11.2X24 A QUENTE	1.700,00	6.800,00
19		2,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 18.4 X 30 A QUENTE - Referência interna do Item: 14	3.700,00	7.400,00
20		4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 12.4 X 24 A QUENTE - Referência interna do Item: 16	1.700,00	6.800,00
21		6,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU CARRETAO AGRICOLA 750X16 LISO A QUENTE - Referência interna do Item: 15	650,00	3.900,00
22		8,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 17.5 X 25 L2 12 LONAS RETRO 4CX - Referência interna do Item: 17	3.700,00	29.600,00
23		8,00	UN	RECAPAGEM DE DE PNEU 5.6X15 A QUENTE	-	-
24		4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 14.9/28 (TRATOR 7630)	1.800,00	7.200,00
25		4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 23.1/30 (TRATOR 7630)	6.000,00	24.000,00

Preço Total:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL ERVAL SECO
Av. do Comércio, 364 - Centro - Erval Seco - RS
nullCNPJ: 87.613.212/0001-22null
E-mail: pmervalseco@mksnet.com.br Site:

Erval Seco, 05 de Abril de 2022.

GUERRA PNEUS LTDA:01375626000145

Assinado de forma digital por GUERRA PNEUS LTDA:01375626000145
Dados: 2023.01.11 14:00:42 -03'00'

.....
Assinante

Solicitação de Compra Nº 116/2024

Solicitante: Eduarda Schmitz **Data da Solicitação:** 08/07/2024
Organograma: 0300100010 - DEPTO DE FROTAS ADMINISTRAÇÃO
Local de Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL SECO
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEUS
Justificativa:
Observações:
Desdobramento:
Fundamento Legal:
Justificativa Valores:
Prazo Execução:
Modalidade:

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	73774-1	60,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 900/20 COMUM LISO A FRIO	900,00	54.000,00
2	70191-1	18,00	UN	RECAPAGEM PNEU 750X16 COMUM BORRACHUDO	600,00	10.800,00
3	70188-1	40,00	UN	RECAPAGEM PNEU 900X20 BORRACHUDO	950,00	38.000,00
4	72618-1	50,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL BORRACHUDO A FRIO	650,00	32.500,00
5	74073-1	20,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 215X75 R17,5 RADIAL LISO A FRIO	620,00	12.400,00
6	73228-1	40,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 275X80X22,5 BORRACHUDO A FRIO	1020,00	40.800,00
7	74074-1	24,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL BORRACHUDO 235/75 17.5 A FRIO	680,00	16.320,00
8	74075-1	24,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL LISO 235/75 17.5 A FRIO	640,00	15.360,00
9	74039-1	36,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 COMUM LISO A FRIO	960,00	34.560,00
10	73227-1	36,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1000/20 BORRACHUDO A FRIO	1.000,00	36.000,00
11	73229-2	48,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1400X24 MOD. BORRACLA G-2 A QUENTE - Referência interna do Item: 7	2.800,00	134.400,00
12	73798-1	4,00	UN	PNEU NOVO 23x1x26 TM 85 R3 12 LONAS ROLO COMPACTADOR LIUGONG 612H	7.000,00	28.000,00
13	64832-1	24,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 17.5.25 GARRA LARGA 16 LONAS	3.800,00	91.200,00
14	73776-1	12,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 12.5X80X18 F1 RETRO JCB	1.850,00	22.200,00
15	62542-1	6,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 19.5L - 24	3.600,00	21.600,00
16	71579-4	12,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 12X16,5 RETRO A QUENTE - Referência interna do Item: 16	1.600,00	19.200,00
17	72625-1	2,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 16.9 X 30	3.800,00	7.600,00
18	73237-1	4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 11.2X24 A QUENTE	2.050,00	8.200,00
19	72627-1	2,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 18.4 X 30 A QUENTE	3.600,00	7.200,00
20	72628-1	4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 12.4 X 24 A QUENTE	1.900,00	7.600,00
21	72629-1	6,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU CARRETAO AGRICOLA 750X16 LISO A QUENTE	620,00	3.720,00
22	73779-1	8,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 17.5 X 25 L2 12 LONAS RETRO 4CX	3.800,00	30.400,00
23	74076-1	8,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 5.6X15 A QUENTE	550,00	4.400,00
24	74077-1	4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 14.9/28 (TRATOR 7630)	2.500,00	10.000,00
25	74041-1	4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 23.1/30 (TRATOR 7630)	7.200,00	28.800,00

Preço Total: 715.260,00

Erval Seco, 18 de Julho de 2024.

ZIMMERMANN PNEUS LTDA:02764528000162

Assinado de forma digital por ZIMMERMANN PNEUS LTDA:02764528000162
Dados: 2024.07.18 14:55:53 -03'00'

ZIMMERMANN PNEUS LTDA,
CNPJ N° 02.764.528/0001-62
Ricardo Zimmermann
SÓCIO/ADMINISTRADOR,
Cédula de identidade n° 5084464527
CPF n° 008.986.740-85

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024
REGISTRO DE PREÇO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PROJETO BÁSICO

ESPECIFICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RONDA ALTA/RS.

CONCEITO

A Lei 14.133/21 que regulamenta o Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos realizados pela administração pública.

Nos termos do Art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/21, que instrui os processos de licitação:

"Art. 6º

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos.

(...)."

O empenho pela definição do objeto parte do respeito ao princípio fundamental da isonomia o qual possibilita aos participantes do processo reconhecer de forma clara e bem definida o objeto, compreendendo os limites aos quais ficarão sujeitos os vencedores de licitação e contratantes com a instituição pública.

1. OBJETO:

1.1. Formação de Ata de Registro de Preços para Serviços de Recapagens de Pneus para as diversas secretarias do município de Ronda Alta/RS, sendo:

Item	Quant. Und.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Preço Referência	Preço total Referência
01	80	RECAPAGEM PNEU 1000X20 RADIAL BORRACHUDO 16 LONAS	**R$ 780,00**	**R$ 62.400,00**
02	16	RECAPAGEM PNEU 19.5X24 16 LONAS	**R$ 2.400,00**	**R$ 38.400,00**
03	08	RECAPAGEM PNEU 9.5X24 10 LONAS	**R$ 850,00**	**R$ 6.800,00**
04	12	RECAPAGEM PNEU 6.00X16 BORRACHUDO	**R$ 390,00**	**R$ 4.680,00**

05	16	RECAPAGEM PNEU 12.5-80X18 12 LONAS – A QUENTE G-2	**R$ 885,00**	**R$ 14.160,00**
06	34	RECAPAGEM PNEU 1400X24 16 LONAS – A QUENTE G2	**R$ 1.750,00**	**R$ 59.500,00**
07	06	RECAPAGEM PNEU 23.1X16 A QUENTE	**R$ 4.140,00**	**R$ 24.840,00**
08	20	RECAPAGEM PNEU 9.17-5 RADIAL MISTO	**R$ 500,00**	**R$ 10.000,00**
09	30	RECAPAGEM PNEU 275.80, R22.5 RADIAL MISTO	**R$ 720,00**	**R$ 21.600,00**
10	40	RECAPAGEM PNEU 275.80, R22.5 RADIAL BORRACHUDO 16 LONAS	**R$ 785,00**	**R$ 31.400,00**
11	24	RECAPAGEM PNEU 275.80 R22,5 RADIAL LISO 16 LONAS	**R$ 675,00**	**R$ 16.200,00**
12	20	RECAPAGEM PNEU 1000X20 RADIAL LISO 16 LONAS	**R$ 600,00**	**R$ 12.000,00**
13	12	RECAPAGEM PNEU 1400X24 24 LONAS A QUENTE G-2	**R$ 1.750,00**	**R$ 21.000,00**
14	20	RECAPAGEM PNEU 295.80 R22,5 RADIAL BORRACHUDO 16 LONAS	**R$ 815,00**	**R$ 16.300,00**
15	10	RECAPAGEM PNEU 900X20 BORRACHUDO 16 LONAS	**R$ 625,00**	**R$ 6.250,00**
16	10	RECAPAGEM PNEU 900X20 RADIAL LISO 16 LONAS	**R$ 605,00**	**R$ 6.050,00**
17	15	RECAPAGEM PNEU 215/75 R17,5 RADIAL BORRACHUDO 16 LONAS	**R$ 450,00**	**R$ 6.750,00**
18	15	RECAPAGEM PNEU 750X16 RADIAL BORRACHUDO – 10 LONAS	**R$ 415,00**	**R$ 6.225,00**
19	20	RECAPAGEM PNEU 12X16,5 12 LONAS	**R$ 750,00**	**R$ 15.000,00**
20	08	RECAPAGEM PNEU 1265X70 R16 10 LONAS	**R$ 430,00**	**R$ 3.440,00**
21	06	RECAPAGEM PNEU 700X16 RADIAL BORRACHUDO 10 LONAS	**R$ 405,00**	**R$ 2.430,00**
22	06	RECAPAGEM PNEU 700X16 RADIAL LISO 10 LONAS	**R$ 390,00**	**R$ 2.340,00**
23	04	RECAPAGEM PNEU 23.1.26 – 24 LONAS – A QUENTE G-2	**R$ 4.000,00**	**R$ 4.004,00**
24	08	RECAPAGEM PNEU 20.5 R25 – 24 LONAS - A QUENTE G-2	**R$ 4.150,00**	**R$ 33.200,00**
25	15	RECAPAGEM PNEU 17.5 25 – 24 LONAS – A QUENTE G-2	**R$ 2.400,00**	**R$ 36.000,00**
VALOR TOTAL R$ 472.965,00 QUATROCENTOS E SETENTA E DOIS MIL E NOVECENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS				

1.2. A entrega dos serviços deverá ser feita parceladamente, conforme a necessidade, mediante requisição da respectiva secretaria;
1.3. A empresa deverá após solicitação formal da Administração Municipal, retirar os Pneus que necessitam serviço de recapagem, no endereço informado pela Administração Municipal, em até no máximo 05 (cinco) dias da solicitação.
1.4. Os produtos devem ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a retirada dos mesmos no setor solicitante.
1.5. Os serviços devem ter garantia conforme Código de Defesa do Consumidor.

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

CANELA - RS
CIDADE DAS HORTÊNSIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RUA DONA CARLINDA, 455 – CEP 95680.000

Ata de Apuração de Resultado de Licitações

Aos 23/03/2021, os fornecedores a seguir identificados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei 10.520, de 17 de junho de 2002, que institui a modalidade Pregão, Decreto Municipal 4.633 de 06 de setembro de 2005, e demais normas legais aplicáveis, assumem o compromisso de fornecimento, de acordo com preços, prazos e condições especificadas, conforme processo licitatório 12/2021, a Comissão de Pregão, com a participação das empresas relacionadas abaixo:

BORILLI PNEUS LTDA
F. VACHILESKI & CIA LTDA
GRANDO PNEUS LTDA - ME
NEGO RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA
RECAPADORA DE PNEUS BROCKER LTDA
REDE PNEU - RENOVADORA DE PNEUS LTDA

1 - A presente ATA tem por objeto Registro de preços para serviços de recapagem de pneus, a serem solicitados de forma fracionada pelo período de um ano., conforme especificações, quantidades, preços, para as Secretarias Municipais de Canela/RS e licitantes/fornecedores indicados abaixo.

Item	Quantidade	Material/Serviço	Valor Unitário	Valor Total
1	16,0000 UN	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 Código do Produto: 15345 F. VACHILESKI & CIA LTDA	620,0000	9.920,00
2	10,0000 UN	RECAPAGEM DE PNEU 11R 22.5 Código do Produto: 15342 F. VACHILESKI & CIA LTDA	710,0000	7.100,00
3	8,0000 UN	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17.5 Código do Produto: 15341 GRANDO PNEUS LTDA - ME	430,0000	3.440,00
4	25,0000 UN	RECAPAGEM PNEU 275/80/R 22,5 Código do Produto: 15921 REDE PNEU - RENOVADORA DE PNEUS LTD	455,0000	11.375,00
5	16,0000 UN	RECAPAGEM DE PNEU 900X20 BORRACHUDO MISTO Código do Produto: 9909 NEGO RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA	485,0000	7.760,00
6	4,0000 UN	RECAPAGEM PNEU 295X80X22,5 BORRACHUDO MISTO Código do Produto: 17474 GRANDO PNEUS LTDA - ME	699,0000	2.796,00
7	10,0000 UN	RECAPAGEM PNEU 245/70R16 BORRACHUDO MISTO Código do Produto: 17475 GRANDO PNEUS LTDA - ME	447,0000	4.470,00
8	12,0000 UN	RECAPAGEM DE PNEU 1400X24BR (A QUENTE) Código do Produto: 5934 BORILLI PNEUS LTDA	1.090,0000	13.080,00
9	10,0000 UN	RECAPAGEM PNEU 17.5 x 25 Código do Produto: 14882 BORILLI PNEUS LTDA	1.780,0000	17.800,00
10	20,0000 UN	RECAPAGEM PNEU 12 x 16.5 Código do Produto: 14880		

	F. VACHILESKI & CIA LTDA	530,0000	10.600,00

11	6,0000 UN RECAPAGEM PNEU 12.4 X 24 Código do Produto: 17476 NEGO RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA	880,0000	5.280,00
12	12,0000 UN RECAPAGEM DE PNEU 19.5 X 24 Código do Produto: 15343 NEGO RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA	2.095,0000	25.140,00
13	6,0000 UN RECAPAGEM PNEU 12.5 X 80 X 18 Código do Produto: 15344 GRANDO PNEUS LTDA - ME	1.039,0000	6.234,00
14	6,0000 UN RECAPAGEM PNEU 16.9 x 28 Código do Produto: 14883 REDE PNEU - RENOVADORA DE PNEUS LTD	1.700,0000	10.200,00
15	6,0000 UN RECAPAGEM DE PNEU 17.5 R24 Código do Produto: 16432 BORILLI PNEUS LTDA	1.090,0000	6.540,00
16	4,0000 UN RECAPAGEM PNEU 18.4-30 Código do Produto: 17477 NEGO RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA	1.830,0000	7.320,00
17	4,0000 UN RECAPAGEM PNEU 23.1-26 -R3 Código do Produto: 17478 F. VACHILESKI & CIA LTDA	2.128,0000	8.512,00
18	4,0000 UN RECAPAGEM DE PNEU 14 X 17,5 Código do Produto: 18373 F. VACHILESKI & CIA LTDA	1.090,0000	4.360,00

2 - A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá **validade por 12(doze) meses**, contados após a data de sua publicação no site do município. www.canela.rs.gov.br no link Publicações Legais - Atas de Registro de Preços.
2.1 - O término do prazo de vigência não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.
3 - O licitante/fornecedor deverá, obrigatoriamente, cumprir todas as condições estabelecidas no edital 12/2021, independentemente de transcrição das mesmas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
4 - A existência dos preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que delas poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.
5 - A licitante/fornecedor, compromete-se a manter durante a vigência da presente ATA, em conformidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a sua habilitação.
6 - Fica eleito o FORO da Comarca de Canela/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente ATA.
7 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Decreto Municipal 4.666/05 e demais normas cabíveis.